

## A Cidade na Encruzilhada

### *Novas Realidades e Novos Desafios para a Cidade Europeia Contemporânea*

João Seixas \*

**R**esumo: O advento de um novo paradigma de representação informacional e cultural (após dois séculos de desenvolvimento e de cristalização do paradigma industrial, e por conseguinte social) tem provocado significativas mutações na sociedade e no planeta. Tais mutações, confrontando sistemas e estruturas socio-políticas demoradamente consolidadas, transportam consigo estados de grande desconforto e mesmo de manifesta crise em múltiplos sistemas de governação. A dificuldade de reacção por parte das instituições tem sido inclusive correspondida (com ou sem propósito) por múltiplas apropriações da acção pública. Ao mesmo tempo, porém, surgem uma série de novas oportunidades sociais e políticas. O novo paradigma, fortemente baseado na composição e na produção das estruturas informacionais e culturais, é particularmente manifesto nas cidades, mais uma vez esteio primeiro da evolução civilizacional. Com este pano de fundo, sistematiza-se um quadro do estado-da-arte da cidade contemporânea (designadamente, da cidade europeia contemporânea) por sete pontos: posição, competitividade, imagética, expressão física, personalidade, tranquilidade e esperança. Através destes sete pontos, as propostas posicionam-se no sentido de se desenvolverem (também novas) estruturas de regulação mas, especialmente, estruturas de acção (socio-política) de sentido mais colectivo, perante as novas realidades e os novos desafios.

*Palavras chave: cidade; novo paradigma; política urbana.*

“La forme d’une ville change plus vite, hélas,  
Que le cœur d’un mortel”  
Charles Baudelaire

“The question is not so much ‘where are you from’, rather  
being ‘between where and where are you’”  
James Clifford

“Ainda não vi a face clara da possível confusão  
(...)  
Hás-de-me dizer  
Se é cada coisa para seu lado  
Ou se isto anda tudo ligado”  
Sérgio Godinho

### **Um novo paradigma**

Estamos no início do século XXI da era moderna. Observamos, com uma considerável dose de admiração e mesmo de incredulidade, o

passo de uma evolução que, continuamente, parece ultrapassar muitas das dinâmicas que ainda há pouco tempo atrás podíamos supor como inovadoras. Uma transformação de grande amplitude, que nos surge quer via formas e processos oblíquos ou transversais, quer por formas claras e bem directas. Uma dinâmica, ainda, cujo ritmo e cuja velocidade serão das suas características mais fascinantes – mas ao mesmo tempo inquestionavelmente perturbadoras. Um ritmo desafiador, perante as nossas estruturas sociais, culturais, políticas – e ainda psíquicas e cognitivas – estruturas consolidadas sobre décadas (ou mesmo séculos) de grandes questionamentos e de duras lutas. Estruturas que, presentemente, e perante o nosso confuso olhar, abrem múltiplas fissuras. Algumas parecem mesmo desmoronar-se com relativa simplicidade, perante esta estranha voragem que decididamente não entendemos com facilidade. Por amplamente discutidos,

\* Centro de Estudos Territoriais (ISCTE) e Universad Autónoma de Barcelona. Contacto: jseixas@vianw.pt

percebem-se hoje serem de diversas ordens os principais processos e sistemas causais destes novos ritmos evolutivos: as novas escalas de influência de uma globalização económica e cultural enfim planetária, a espiral da revolução tecnológica dos sistemas de informação e de comunicação, as novas divisões internacionais e mais flexíveis do trabalho, a terciarização do ocidente e as formas de neocolonialismo sobre o terceiro mundo, a crise do Estado-providência e a contínua desregulamentação da esfera colectiva, a extrapolação das vagas de emigração, as guerras de dúvida causalidade, o paradoxal retorno a valores e sentidos de carácter mais religioso, o terrorismo como nova arma política e o desenvolvimento de uma semiótica de insegurança global... Reconhecida por uma significativa franja do pensamento colectivo mundial, sucedendo-se nos contextos social, económico, político e evidentemente cultural e ideológico, e ao contrário do que em tempos se propôs como *fim da história*, é uma mutação que, abrangendo toda a sociedade – e todas as sociedades – abre uma série de novas dinâmicas, e possíveis novos sistemas, nas mais variadas dimensões, do individualismo humano à política mais global.

Uma vasta série de pensadores, intelectuais e artistas tem focado com especial ênfase as suas atenções na tentativa de entendimento (e de recriação) do que parece ser, face ao processo evolutivo da humanidade, um tempo de mudanças de carácter paradigmático, destronando muitas das nossas concepções (já consideradas clássicas) supostamente duradouras. Alguns, ainda na falta de uma etimologia consideravelmente mais clara, e focando-se essencialmente nas transformações de carácter geográfico-económico, denominaram estes novos tempos de *pós-fordismo* (como Massey em 1984, Lipietz em 1985 e 1994, e ainda Amin, Esser/Hirsch, e Jessop, também em 1994), um étimo que obviamente nos coloca em contraponto (ou mesmo em oposição) com o carácter da época fordista (como expoente da sociedade industrial) hoje em reconhecida tendência de fragmentação. Num outro sentido, de escala mais abrangente pela inclusão de dimensões analíticas referentes à própria expressão criativa e ao entendimento cognitivo da condição humana, outros pensadores têm debatido os processos e os conteúdos de uma

era de *pós-modernismo* (como Dear, 1988, Harvey, 1990, Sousa Santos, 1994 ou Amendola, 2000), o que por sua vez também sugere um contraponto – com a era (primeira) moderna.

Com o passar do tempo – e o acumular das transformações – mais recentes reflexões se têm sucedido. No seu mais recente ensaio, Alain Touraine (2005) propõe um necessariamente distinto olhar, perante a instalação de, no seu entender, um novo paradigma de representação e de regulação social. Um paradigma que emerge após a prolongada vigência de, em primeiro lugar (e por largos séculos, até à revolução industrial) um paradigma de organização de base essencialmente política e religiosa, e de, em segundo lugar, um outro paradigma de regulação mais fundado nas dimensões económica e social. Será este segundo paradigma que, actualmente, estará em franco evanescimento, assistindo-se assim ao desenvolvimento de uma nova realidade, realidade esta baseada agora essencialmente nas escalas e nas dimensões culturais e informacionais (embora, evidentemente, subentendendo ainda vitais pilares de carácter político e socio-económico). Estas mutações assumem assim um carácter de grande significado – e impacto – tanto para a humanidade como para o próprio planeta, não se afigurando como determinantes de uma determinada subfase evolutiva de um paradigma mais clássico, antes se assumindo como cambiantes de ordem verdadeiramente civilizacional. Para este intelectual, “*devemos situar-nos nesse novo paradigma, para ser capazes de nomear os novos actores e os novos conflitos, as representações do eu e das colectividades, descobrindo assim o novo olhar que faça aparecer, ante os nossos olhos, uma nova paisagem*” (Touraine, 2005:13).

Desenvolve-se, assim, uma nova paisagem – ambiental, económica, territorial certamente, mas também psicológica, e sobretudo relacional e consideravelmente mais móvel e por sistemas complexos de redes, em parte significativa devido às fortes compressões espaço-temporais, permitindo o desenvolvimento de novas formas de aproximações, de conflitos e de potencialidades. Uma nova paisagem que exige efectivamente novos tipos de olhares, de análises, de entendimento. Esta transformação dos nossos horizontes – incluindo horizontes de percepção

e de entendimento, e portanto horizontes culturais – em cenários onde parece haver mais diferenças do que continuidades, tem sido, reconhecidamente, demasiado rápido para um acompanhamento minimamente claro da nossa própria percepção evolucionista. Com efeito, e se, ao mesmo tempo, as dinâmicas territoriais, tais como as sociais, assumem dinâmicas de mobilidade e de intensidade nunca pensadas anteriormente, a percepção e cognição dos espaços de identidade, de relacionamento, e dos próprios territórios sociais e espaciais, tem assumido contornos ainda demasiado vagos, numa considerável dificuldade de inteligibilidade e de clareza mental. E dos próprios impactos de tais mutações. Há dois séculos atrás, o período de mais tensa transição para o paradigma económico e industrial, acarretou grandes dificuldades de compreensão e de acção política perante o que se estava a passar, tendo implicado atitudes reactivas e convulsões político-sociais significativas. O confronto entre partidários absolutistas e apologistas liberais, na primeira metade do século XIX, revelou ser apenas o primeiro de uma longa série de questionamentos. Possivelmente, um dos últimos questionamentos ainda classificáveis como integrantes da era fordista liga-se às batalhas pela igualdade de género e pelos direitos sexuais – dimensões que trazem já, por sua vez, importantes sementes de novos tipos de questionamentos característicos talvez já do novo paradigma. Esta era industrial formou, assim, as raízes de poderosas correntes político-ideológicas, como o liberalismo (baseado por sua vez no capitalismo industrial) e o marxismo, correntes pesadas consolidadas, experimentadas e confrontadas com o passo evolutivo deste cenário sistémico de natureza paradigmática, nos últimos 150 ou 200 anos (se quisermos situar a revolução francesa de 1789 como marco histórico essencial<sup>1</sup>). Poder-se-á sugerir, num exercício de contraposição entre o capitalismo industrial e o marxismo, que na verdade não se poderão entender um sem o outro, antes se complementando. Entre outras, estas correntes históricas vincaram – e vincularam – sociedades inteiras (como a portuguesa) até bem

recentemente, dotando-as de uma complexa série de estruturas de inteligibilidade, de relacionamento social, de emancipação e de governação. E onde, muito notavelmente, se ergueram essenciais pilares de regulação social, económica e política, resultantes precisamente deste paradigma industrial e dos seus confrontos de carácter ideológico: a afirmação da democracia, o predomínio do Estado de direito, ou a segurança do Estado-providência. Independentemente dos diferentes passos e dos distintos matizes existentes em cada parte do mundo – diferenças que fazem com que, por exemplo, um país como a China se encontre numa dupla velocidade de evolução, entre uma era industrial ainda em franco desenvolvimento e uma nova era que também aqui parece despontar – ter-se-á chegado, de facto, a uma determinada cristalização de alguns sistemas.

Porém, presentemente, perante os cada vez mais evidentes sinais de transformação, e mesmo quando em muitos locais ainda se trabalha arduamente na construção de estruturas de regulação clássicas, muito parece estar em causa. Neste cenário, uma das perguntas mais essenciais poderá ser então colocada da seguinte forma: confrontados com uma fase de transição de ordem paradigmática, estaremos nós perante uma nova era de convulsões – e, ao mesmo tempo, de essenciais buscas para a descoberta de caminhos – próximas? O reconhecimento muito amplo da corrente de elementos de mutação; as dificuldades de entendimento – pelo menos a um nível consideravelmente alargado – das razões e das condições das transformações (dificuldade reforçada perante a própria força da vertigem evolutiva, que faz reforçar as reacções de defesa dos *statu quo*), e especialmente a elevada incapacidade para uma concomitante capacidade de inovação e de transformação em áreas muito significativas da sociedade – designadamente as áreas políticas e do Estado – levam a crer que sim. Na verdade, as razões para procurarmos aprofundar o entendimento do que o processo histórico se nos depara presentemente – e agir enfim nesse sentido – afiguram-se vitais.

Não são poucas as visões que entendem um prumo essencialmente económico no espectro

<sup>1</sup> Não deixa de ser curiosa a constatação de se passarem exactamente 200 anos entre a revolução francesa (em 1789) e a queda do muro de Berlim (em 1989).

destas transformações – das mais neomarxistas às assumidamente neoliberais. O próprio sistema capitalista encontra-se, com efeito, também ele numa significativa encruzilhada face à sua evolução histórica, assinalando-se a emergência de uma série de vínculos e processos de desenvolvimento de valor e de emprego, consideravelmente distintos dos elementos e forças económicas que predominaram nos processos e nas estruturas económicas e financeiras das últimas décadas. Efeito que, por sua vez, provoca uma alteração nos próprios sistemas de movimentação de actores sociais, e suas formas de entendimento, de actuação e de influência – inclusive política. A maximização da divisão do trabalho, possível pela revolução tecnológica e pelo estabelecimento de um complexo sistema de controlo económico por redes globais será, para muitos observadores, o elemento de mais forte impacto no cômputo geral dos efeitos da globalização económica. Esta nova ordem, associada a uma alteração dos equilíbrios de carácter político-financeiro e mercantil, alicerçou decididamente – tal como no início da revolução industrial, de resto – um carácter primariamente liberal na condução económica das sociedades e dos territórios, como demonstra de forma muito clara o notável ensaio do conhecido economista Stiglitz (2002). Este carácter económico definido como neoliberal (politicamente formulado e defendido a partir do início dos anos 1980, com os governos de Reagan nos EUA e de Thatcher no Reino Unido, e simbolicamente muito fortalecido com a derrocada do império soviético) distingue-se do seu anterior etimológico do século XIX, não só devido às significativas novas potencialidades de acção mais global (por via tecnológica, quer em termos financeiros quer em termos da própria empregabilidade e divisão das cadeias de valor acrescentado), mas também devido a uma exponenciação considerável das formas de acumulação de mais-valias (por acumulação flexível), bem como por um maior desapego quer às sociedades e territórios a que tais cadeias de valor estariam anteriormente ligadas, quer a determinados valores sociopolíticos e inclusive éticos que, apesar de tudo, ainda eram consideravelmente dominantes na antiga *intelligentzia* liberal europeia.

Se na era industrial os sistemas em que se moviam os actores socioeconómicos e políticos eram consideravelmente mais estáticos, e mais visíveis para quase todos – provocando, nomeadamente, atitudes ideológicas mais vincadas por uma considerável franja da população – hoje, nesta nova era de maior predomínio dos sistemas de redes e de fluxos (informacionais e transaccionais), e de uma semiótica dos espaços relacionais e de poder de características mais opacas, os ambientes e as personificações quedam em grande medida mais nebulosos e mesmo desconhecidos. O paradoxo é tanto maior consoante o alcance informacional entretanto alcançado – o que permite, igualmente, o paralelo incremento de sistemas e de culturas alternativas. O presente sistema pode, não obstante determinadas matizes próprias de um período de transição, ser assim referido como um sistema baseado essencialmente em estruturas simbólicas de teor vincadamente liberal (estruturas fundadas nas leis mais básicas do capitalismo, de base essencialmente monetarista e financeira), de carácter muito dinâmico e flexível (e já muito pouco estático, como anteriormente o era), e cujas estruturas e processos de acção, apesar de extremamente instáveis e de se encontrarem sob uma consideravelmente crescente contestação, não enfrentam ainda bases argumentativas consideravelmente sólidas e ampliadas, tanto para a sua desconstrução, como para o desenvolvimento de credíveis sistemas alternativos. Parece por conseguinte natural que nesta perspectiva, diversos autores falem de uma situação de *capitalismo tardio* (Jameson, 1984), ou ainda de um *capitalismo desorganizado* (Lash e Urry, 1987) – embora diversos pensadores mais recentes avancem a perspectiva de que estes desenvolvimentos se enquadram, na verdade, na afirmação de um sistema de *capitalismo avançado*, como projecto político concreto baseado na globalização real e construída (Lopes, 2004).

A cidade, como sempre, encontra-se no centro das dinâmicas de evolução. E esta, se foi quase sempre lugar e esteio da inovação e da revolução, parece assumir agora, enfim, uma nova relevância, possivelmente extrema, nos desígnios da humanidade – e do próprio planeta. Em primeiro lugar, pela força absoluta do

fenómeno urbano: os dados revelam o potentíssimo movimento de urbanização da humanidade, tanto nos territórios do hemisfério norte como nos do hemisfério sul<sup>2</sup>. Um fenómeno que, não obstante as profundas diferenças existentes nos múltiplos tipos de paisagens e ambientes urbanos (ou urbanizados) entretanto ocupados e/ou transformados – sejam centros de cidades europeias ou subúrbios de luxo americanos, *banlieus* parisienses ou arranha-céus japoneses, infinitas favelas africanas ou urbanizações turísticas mediterrânicas – coloca a humanidade perante uma realidade objectiva e sensorialmente nova. Assim, e em segundo lugar, pelo exponenciar de uma condição urbana da própria natureza humana. Se já o eram em significativa medida, as cidades mostram agora ser, definitivamente, os alicerces mais simbólicos e cognitivos de cada cultura, sociedade ou ambiente económico. Neste movimento, e em paralelo com uma crise do clássico Estado-nação, as cidades parecem mesmo apropriar-se (de novo) de uma considerável dose de afirmação política (que tinham perdido com o advento do absolutismo e do Estado-nação europeus, características maiores do paradigma industrial), havendo mesmo quem prognostique um retorno ao clima das clássicas cidades-Estado. É assinalável o registo de que, não obstante as múltiplas incertezas ligadas a um período de transição como este em que vivemos, se tenham tornado muito potentes – visivelmente muito potentes – as ondas de choque decorrentes do ataque às torres gémeas de Nova Iorque. A mudança, nos nossos ecrãs (plasmáticos e sensoriais) mostra hoje uma paisagem declaradamente urbana. É a cidade no seu pleno, assumindo-se assim, *de facto*, como o símbolo da própria mudança.

A força da condição urbana é, nesta óptica, já não somente sucedânea mas paralela à própria condição humana. Espaço ao mesmo tempo centrífugo e centrípeto, elemento causal mas também consequencial das novas correntes, local central por excelência onde os factores mais vitais das novas forças se encontram – sejam estes factores vitais, sedes de companhias transglobais de Londres ou de São Paulo, manifestações

populares alternativas de Seattle ou de Génova, exacerbações de individualismo em Hong Kong ou Los Angeles, novas experiências colectivas em Porto Alegre ou Joanesburgo, revoluções criativas de Barcelona ou de Boston, ou ainda duras manifestações de pobreza humana em Calcutá ou em Luanda. Na cidade situa-se em grande medida a informação e o conhecimento, a cultura e a formação, a troca e a relação, a criatividade e a inovação, e ainda a possível expressão da cidadania – mas aí também se instalam a insegurança e as fobias, o desespero social e individual, o vácuo materialista e a insustentabilidade ambiental. Todos estes elementos se sucedem, não poucas vezes, em caleidoscópico simultâneo, em espaços consideravelmente comuns. Embora nas cidades acima referidas (nomeadas a título de exemplo) se possam reconhecer determinados elementos mais próximos das características a elas mais associadas, é evidente que em todas elas, na sua quota-parte, existe do melhor e do pior que a humanidade pode hoje provocar. Também daí, desse eterno confronto de carácter afinal profundamente humano e mesmo íntimo, se alicerça o fascínio da cidade.

### A cidade contemporânea

Na posição de esteio e, simultaneamente, de palco paradigmático de transformação, a cidade e o seu papel obrigam-nos, hoje, à necessidade de situar uma série de questões, numa necessariamente maior simbiose entre as dimensões de conhecimento denominadas de fundamentais – como a filosofia, a política, ou ainda a própria cultura, num certo sentido mais absoluto – com dimensões mais geográficas e socio-espaciais. A cidade é, sem dúvida, e antes de tudo o mais, uma construção social. Talvez mesmo a construção social por excelência. Mas não nos podemos, porém, olvidar que esta continua a deter um vital sentido territorial. A questão do espaço, entendido agora obviamente num sentido amplamente mais político, social, cultural e ainda económico – um sentido portanto mais urbano – torna-se assim, elemento extraordinariamente central para a evolução – e compreensão – tanto dos sistemas

<sup>2</sup> De acordo com a ONU, a população mundial será já (escrevemos em 2005) predominantemente urbana, prevendo-se que a população a viver em territórios urbanizados atinja 75% cerca do ano de 2030.

tardios, como dos emergentes, que presentemente se sucedem. Nesse sentido, Jameson sugeria (já em 1984) a elevada importância do espaço como base de expansão do capitalismo tardio – um espaço entendido tanto como de escala global como de escala local ou urbana. Se, por um lado, tendemos a concordar com Harvey na sua assumption de que, face às transformações na tecnologia e nos padrões de mobilidade, ‘o tempo aniquilou o espaço’ (1990), por outro lado há que reconhecer o vital, e renovado, valor do espaço como elemento estruturador de novas formas de disputas e de oportunidades. Para Soja (1999: 23): “a profecia requer agora uma projecção geográfica, mais do que histórica; é o espaço e não o tempo que nos esconde as consequências”.

Nesta óptica, o primeiro grande teorizador é, muito provavelmente, Henri Lefébvre – autor com nome bem vincado no pensamento social europeu, muito especialmente após a publicação dos seus *Critique de la vie quotidienne* (1947) e *Fondements d’une sociologie de la quotidienneté* (1962), obras centrais para o pensamento situacionista e para o levantamento de uma série de novos questionamentos sobre a sociedade ocidental contemporânea<sup>3</sup>. Precisamente no seguimento do clímax de tais questionamentos (o Maio de 68 em Paris), e da expansão das culturas urbanas de protesto de um lado e do outro do Atlântico, Lefébvre propôs o entendimento de que uma grande revolução social estaria em curso – uma revolução urbana (1970). Uma revolução transformadora, de carácter paradigmático, distinta das clássicas revoluções político-sociais (relembremos Touraine) e onde a urbanidade – ou melhor, a condição urbana – afigura ser, mais do que qualquer outro elemento, o mote central de transformação. Tendo-se passado de uma sociedade rural para uma sociedade industrial, levantar-se-á agora uma sociedade urbana – e a cidade já não será mais um mero elemento (embora sempre principal) da sociedade e da sua condição, tornando-se ela mesma a condição da sociedade. Para Lefébvre (1970:5), a revolução urbana, em curso, diz respeito “às transformações que afectam a sociedade contemporânea, desde um período em

que as questões de crescimento e de industrialização predominam (modelos, planos, programas) a um período em que a problemática urbana se torna enfim predominante, e onde a busca para soluções e modalidades próprias para uma sociedade urbana se tornam o mote principal de desenvolvimento”. Seria certamente nesta linha de preocupações que, dois anos antes, Lefébvre já propusesse, como essencial (novo) direito humano, o direito à cidade (1968).

Esta poderosa tese é ainda desenvolvida, pouco mais tarde, por nova reflexão em torno dos vitais sistemas de produção do espaço (numa postura em certo sentido neomarxista, embora muito própria), reflexão que aprofunda a interligação da economia (ou melhor, do próprio capitalismo) com a produção do espaço e no espaço (1974). As cidades são, agora, verdadeiros motores da economia global, numa transformação das cadeias de valor económico e financeiro – talvez já prevendo, precisamente, as capacidades da revolução tecnológica e da flexibilização espacial do trabalho. Nesse sentido, o sistema capitalista condiciona com mais vigor as práticas de produção espacial, mas também – e no que se assume de um novo tipo ou carácter de influência – as próprias representações do espaço (o espaço planificado), e mesmo os espaços de representação (de ordem mais identitária e socialmente mais colectiva). Não obstante a considerável distância temporal face à exposição destas ideias, ideias em certo sentido relativizadas por pensadores mais actuais, nomeadamente por Castells (1972, e de novo em 2002), com a sua igualmente vigorosa teorização do carácter primordialmente informacional e tecnológico dos vínculos de mudança no final do século XX (trilogia de 1996-1998), há que reconhecer no trabalho de Lefébvre, na verdade, um assinalável marco analítico – embora, possivelmente, de teor algo messiânico. Estamos, reconhecidamente, perante uma grande transformação de natureza eminentemente urbana (para Soja, a quarta revolução urbana – após a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial – 2000), uma transformação certamente acompanhada (ou

<sup>3</sup> Os pensamentos de Lefébvre, sendo de carácter profundamente inovador, inserem-se nas linhas de reflexão dos grandes pensadores europeus de visão primordialmente cosmopolita e de valorização da dimensão cultural como elemento primeiro das civilizações modernas. E, nesse sentido, não se pode deixar de referir o nome de Walter Benjamin.

mesmo comandada) por uma profunda transformação informacional, tecnológica e cultural, processo que acarreta mutações de significativo impacto na condição da humanidade e do planeta como um todo.

Na mesma época que Lefébvre, também Choay (1965) desenvolvera, na sua tese, aberturas similares. Para esta autora, o entendimento de que a cidade é, antes de tudo, um projecto social e um produto da actividade humana, releva da sua condição primordialmente cultural. Tendo, nesse sentido, uma essência política que deve ser especialmente sobrelevada em períodos de turbulência – e de vital afirmação – como aqueles em que se começava precisamente a entrar. Uma afirmação política e cultural, contendo tanto de energias visionárias como operacionais, e que, em importante sentido, deveria estar acima de qualquer primado da técnica e de qualquer tipo de urbanismo racionalista e funcionalista – mesmo se (especialmente se) estes se baseassem em supostos modelos estéticos de natureza utópica.

Porém, e na corrente da cristalização dos paradigmas históricos funcionalistas, tinham-se entretanto consolidado, nos múltiplos territórios institucionais e escolásticos de entendimento e de actuação sobre a cidade, e de forma quase absoluta, estruturas de acção urbana baseadas quase exclusivamente no tecnicismo e na morfo-funcionalidade. E, num processo paralelo, os diversos grupos sociais, profissionais, corporativos e mesmo políticos tomavam os seus posicionamentos e jogavam o seu jogo de actores, na cidade, perante esta ordem de lógicas. Confrontada com realidades novas a despontar com crescente intensidade, necessitando de novas estruturas de entendimento e de acção, a cidade deparava-se, assim, com um igualmente crescente desfasamento vital face às regras e práticas do sistema de actores entretanto construído. Situação que não facilitaria, certamente, o desenvolvimento de projectos integrados de mudança na governação urbana. Na verdade, o próprio Lefébvre (1970:183) questionava-se: *“como poderemos fazer a transição da cidade, que tem a sua imagem, que tem um centro, uma face, uma alma, para a sociedade urbana, sem passar por um longo período de desorientação?”*.

Neste início do século XXI, desorientação parece ser, efectivamente, um termo mais do que

adequado. É essencialmente através das cidades, e nas cidades, que se transforma o mundo fordista de entendimento e de regulação de base económica e socioindustrial. Mas parecem haver mais descontinuidades do que continuidades, na transformação urbana. Pela sua mutação espacial, é certo (porque se modificam os padrões territoriais e os vínculos de externalidades espaciais face a centro e periferia), mas particularmente pela sua mutação cultural. Nas cidades, os laços familiares cedem parte do seu lugar a um individualismo de carácter hedonístico e consumista. O emprego deixa de se apresentar como de oferta permanente, assumindo-se uma gestão mais individual e necessariamente mais instável. A especialização profissional parece já não se apresentar tanto como virtude, antes se procurando o conhecimento interdisciplinar. As classes e categorias sociais típicas de décadas e décadas perdem a sua nitidez, não se apresentando simples qualquer tipo de política a elas dedicada. O próprio cosmopolitismo e os espaços de influência social já não são de carácter político e burguês, antes se reforçando os caracteres ligados às vanguardas informativas, financeiras e criativas. As novas paisagens assumem, ao mesmo tempo, importantes mutações nos contornos de ordem humana e psicossocial. Em dimensões como na explosão dos fluxos de mobilidade e de interrelacionamento, na dispersão dos anteriores espaços de considerável densidade e compacidade relacional quotidiana, e no reforço de uma imagética e de um simbolismo mais estético (e efémero) como apropriadores de uma parte significativa, não só das cadeias de valor, mas inclusive de determinados conteúdos e de expectativas com suposta significância.

Não surpreende pois, neste cenário de transformação, de crescente complexidade, e de difusão de mensagens sensoriais dispersivas, que estes processos de mudança não nos deixem grandes espaços para uma inteligibilidade muito clara – uma nebulosidade inclusivamente sentida pelos próprios actores principais na produção urbana, públicos e privados. A cidade (e o que ela significa) deixou assim de ser facilmente perceptível ao olhar ou mesmo ao conjunto dos sentidos, num panorama cognitivo onde os próprios critérios de percepção e de delimitação são muito pouco claros. Como refere Lopes (2002), é hoje comum confundir-se a cidade com

o urbano – frase cuja dimensão filosófica contém ainda muito por explorar. A esta fragmentação sensorial não são alheios os processos de produção de cidade presentes, supostamente percebidos e regulados de acordo com as lógicas clássicas de produção – mas que, evidentemente, se regem já por novas lógicas e estratégias privadas. Borja, a este propósito, recorda (numa outra significativa sentença) que, obviamente, urbanização não é cidade. E, neste âmbito, o próprio processo de urbanização (e de urbanidade) português parece exemplar, mostrando ser, por sua vez (entre os dispersos impulsos de dispersão, de peri-urbanização, de re-urbanização ou de rur-urbanização, entre outros vários) imagem e materialização de considerável evidência, não só do crescente desfasamento entre sistemas vitais, tais como os actuais sistemas económicos de produção urbana e os sistemas de governação e de regulação – desfasamento particularmente visível em dimensões como a considerável inutilidade dos sistemas de regulação clássicos, ou na coacção imposta por caducos limites de gestão administrativa e territorial – mas também da própria desorientação e da nebulosidade de entendimento e de actuação, características (mais uma vez) típicas de uma fase de transição como aquela em que nos encontramos.

Não são certamente poucas nem pequenas as reflexões resultantes de um período de transformação como o actual, e face a sistemas humanos tão vitais como a cidade. Da mesma forma, tão pouco podem ser encaradas como de segunda linha as necessidades de desenvolvimento de novas posturas de acção perante os desafios que nela se abrem. Nesse sentido, há que perceber antes de agir. E, nesse sentido, a uma necessária ampliação e redireccionamento dos olhares e das posturas políticas – atitude que exige uma substantividade bem maior do que a permitida pelo racionalismo cartesiano da era modernista – não deixam de ser igualmente necessários paralelos exercícios de sistematização. Listemos, assim, os sete vectores de mais significativas transformações com que a cidade ocidental – nomeadamente a europeia – se depara presentemente:

### **1. A cidade assume uma nova e mais forte posição no planeta.**

A globalização económica, suportada por uma notável revolução tecnológica e informacional,

permite hoje uma muito ampla flexibilidade nos investimentos e nas acções económicas (no espaço e no tempo), na estruturação dos processos ligados aos sistemas de produção e à geração de mais-valias. Tal capacidade tem permitido uma maior concentração dos elementos hierárquicos de liderança e de maior controlo, bem como os de geração de maior valor dessas mesmas cadeias (em áreas como as financeiras, as de *design* ou as de investigação e de desenvolvimento), em locais de características centrais – ou seja, nas cidades (Sassen, 1991 e 1994). E, seguindo as novas lógicas paradigmáticas de maior predomínio das redes (que dão relevo aos elementos informacionais, de desenvolvimento cultural e do conhecimento) é igualmente significativo o facto de os pontos de maior influência nas cadeias produtivas (bem como os múltiplos subpontos interconectados, a escalas várias, com as redes de maior valor), não se caracterizem necessariamente por ambientes de domínio económico-financeiro, assumindo diversas outras figurações de novo alcance, ligadas certamente ao fomento de valor mercantil, mas crescentemente de base cultural, de conhecimento e de inovação (por uma crescente relação de interdependência criativa no desenvolvimento de valor).

Tendo características muito distintas, conseguindo umas melhor integração e notoriedade nesta nova realidade do que outras, as cidades ocidentais como Cambridge, Lyon, Boston, Madrid, Berlim, Edimburgo e muitas outras (ou cidades que, não sendo geograficamente ocidentais, detêm características muito ligadas à filosofia capitalista de origem ocidental, como Singapura, Hong Kong ou São Paulo) tornaram-se, de qualquer modo, e definitivamente, componentes centrais de um vasto sistema de redes que assume hoje o papel de estrutura-motor da economia mundial – pese embora a deslocalização dos seus antigos e simbólicos locais de produção industrial. Apesar de os processos de reestruturação económica (na definitiva transformação das cidades em territórios terciários e quaternários) implicarem inevitáveis feridas – algumas delas de grande envergadura social, nomeadamente em cidades anteriormente muito ligadas à produção industrial, como Glasgow ou Lille – não deixa de ser verdadeiro que se assiste a um renovado enriquecimento (incluindo cultural) das urbes europeias, e de uma parte da sua população que por sua vez exige crescentes padrões de qualidade de vida.



Estes territórios tendem a tornar-se, assim, locais de fomento de inovação e de criatividade por excelência, focos centrais de irradiação cultural, e os nós verdadeiramente vertebradores do planeta agora decididamente visto por forma de múltiplas redes (como Veltz já definira em 1996, quando sugeriu o desenvolvimento de uma *economia de arquipélago*). Personificam, neste movimento, a parábola central na presente mudança histórica de paradigma, instalando uma nova hierarquia de poder económico e criativo, hierarquia essa muito baseada na afirmação própria de cada cidade – incluindo imagética – e cada vez menos ligada a outras variáveis como os desempenhos dos territórios nacionais em que cada uma se insere. Na verdade, a exponenciação das mais-valias nas componentes mais terciárias e quaternárias conduz não só a reforçadas significâncias económicas, mas também políticas, potenciando as cidades, enfim, para um papel de agentes políticos por excelência (Borja e Castells, 1996). Para autores como Nel.lo e Muñoz (2004), “o planeta terra acabava assim o século XX merecendo o nome de planeta cidade”.

## 2. A cidade veste-se de uma forma mais competitiva.

Como novos agentes económicos e políticos, mais desligadas dos seus Estados-nação, e situando-se numa base de considerável inconstância na capacidade de manutenção dos investimentos de capital e nos focos de geração de mais-valias, muitas cidades têm assumido uma postura mais agressiva na busca e na manutenção de investimentos. Para autores como Brenner (2004), e seguindo as tendências neoliberais na condução política às múltiplas escalas do planeta, as estratégias de qualificação das cidades seguem hoje uma lógica primordialmente competitiva, mais preocupada com índices económico-financeiros – relegando, muitas vezes, outras dimensões de acção e programática política, como a qualificação e inclusão social ou a valorização ambiental, para segundo plano. Instalou-se, mesmo, uma importante relevância simbólica numa perspectiva hierárquica (entre cidades) e nos chamados *rankings* de competitividade – a maioria dos quais muito ligados

a indicadores de potencialidade de retorno de investimentos financeiros. A imagem, a produção e a qualificação urbana tornaram-se, assim, elementos-chave nas decisões de investimento e de construção dos processos produtivos de escala global, numa conexão com significativos impactos económicos mas também políticos.

As estratégias e acções políticas na cidade, ao contrário das antigas lógicas keynesianas ligadas aos Estados-nação, e muito seguidas na Europa do pós-guerra, são agora, não só mais lideradas pelos governos locais, como também se sujeitam a uma condução mais orientada pelo lado da oferta económica dos mercados urbanos (entre os quais, um dos mais visíveis será o mercado imobiliário). Esta condução mais local – mas com uma suposta possibilidade de influência global – fomenta assim o desenvolvimento de regimes urbanos de condução político-económica a que Brenner (id.) chama de *regimes estaduais de competitividade glocal*<sup>4</sup>. Regimes que, por sua vez, perante as crescentes dificuldades de liderança e de gestão de recursos por parte das administrações públicas locais, acentuam um reforço da influência dos actores privados nos jogos de política e de acção sobre a cidade. O que, paradoxalmente, deixa as cidades demasiado dependentes de visões e de concomitantes decisões a elas pouco ligadas – num cenário em que parte significativa das decisões de capital se tem externalizado dos próprios territórios urbanos (porque hoje a cultura e o investimento capitalista assume características mais nómadas que sedentárias). Os riscos da efemeridade nos investimentos tornaram-se mais elevados, encurralando os governos urbanos num carácter gestor de contínua dependência de estímulos ao investimento – para além de outros problemas como os derivados da fragmentação administrativa e da dificuldade de reforma do sector público. Temos, assim, um novo paradoxo instalado nas cidades: com potencialidades acrescidas, com papel declaradamente mais importante no balanço das linhas de poder e nos arquipélagos económico e político – e mesmo social – estas sujeitam-se, ao mesmo tempo, a novos tipos de dependências (em importante medida externos a elas), e em cenários de maior instabilidade e de menor capacidade de intervenção.

<sup>4</sup> Designação que surge no seguimento de uma muito interessante linha de análise, com origem na literatura científica dos EUA, baseada tanto na sociologia política como na economia política, e referente à análise sistémica de novos tipos de regimes urbanos (*Urban Regimes*) – veja-se, a este propósito, Logan e Molotch (1987), ou Di Gaetano e Klemanski (1993).

### 3. A cidade está mais dependente da sua própria imagem.

Uma paisagem urbana, para além da sua morfologia e identidade próprias, pode ter significâncias e simbologias muito distintas. A sua legibilidade (ou semiótica, se quisermos) está, antes de tudo, muito vinculada à cultura que produz tal simbologia<sup>5</sup> – mas também à cultura de quem a vive e procura interpretar. Para além da clássica dialéctica entre centro e subúrbio, ou entre cidade e campo (em tempos onde se definia com relativa homogeneidade as características globais de cada tipo de território), hoje em dia é reconhecida a dificuldade na formulação da própria noção de cidade. Esta dificuldade de leitura, muito por efeitos da expansão e da fragmentação urbana (de que falaremos no ponto seguinte), tem ainda dois elementos que a acentua: por um lado, pelo exponencial aumento da pluralidade nos circuitos de mobilidade e nos fluxos de interrelacionamento e de dependência (incluindo os fluxos informacionais e cibernéticos), desconectando em importante medida as percepções sociais sobre o espaço e mesmo sobre o tempo; e ao mesmo tempo pelo acentuar das políticas de condução neoliberal na cidade, privilegiando as dimensões económica e competitiva, conduzindo as estratégias dos actores urbanos (incluindo os actores institucionais) para discursos e actuações de pendor mais promocional – e mais incerto. Assim se acentua uma semiótica de carácter consumista – e inevitavelmente mais efémero – no próprio sentido e na simbologia da cidade.

A *produção de capital simbólico* da cidade (Harvey, 1994), amplificada pela explosão do fenómeno urbano, tornou-se essencialmente dependente de objectivos ligados a perspectivas imediatistas, por acções raramente conduzidas por visões e por políticas de médio e de longo prazo – atitude tomada, inclusivamente, por uma parte significativa da própria administração pública e dos seus dirigentes e políticos eleitos. Componente central na construção das identidades, esta alteração na base da estrutura de capital simbólico da cidade afecta não só as políticas de redistribuição e de regulação social, como também os próprios sentidos de pertença e de cidadania. Como refere Lopes (2002:45), nestes cenários de

desconstrução de conceitos (começando pelo da própria cidade), “o carácter efémero das próprias mercadorias (fenómeno intimamente ligado à velocidade de rotação da produção e à obsolescência instantânea, prolonga-se (...) nos processos de construção das identidades, volúveis e débeis”. Como fuga para a frente, na produção urbana (seja por forma de pressões construtivas em espaços vazios, pós-industriais ou rurais, seja por processos de reabilitação, de renovação ou de requalificação urbana, seja ainda pela desregulação de uma série de serviços públicos urbanos) reforça-se, paradoxalmente, o valor da cultura imagética e do simbólico – dimensões cujos processos são agora mais dominados pelo capital financeiro dominante, ao reconhecerem potenciais mais-valias de elevado volume. Alguns autores sugerem mesmo, para estas ópticas mas em sentido crescentemente aplicável à economia global, o termo de capitalismo de ficção (Verdú, 2003).

Harvey (2001) sugere, nomeadamente, o exemplo de Barcelona, onde dimensões como as indústrias do conhecimento e do património, a produção cultural, ou a imagética estética onde se inclui uma determinada marca (também ela ligada a projectos de grandes arquitectos), tornaram-se poderosos elementos constitutivos das políticas urbanas – num novo tipo de conjugação entre o sector público e o sector privado. Mas onde evoluem formas de domínio extremamente selectivas, como na monopolização de rendas e nos valores da propriedade urbana, em contínuo sobreaquecimento. Os efeitos deste tipo de processo prendem-se não só com as derivas espaciais e socialmente segregadoras (dentro e fora dos núcleos urbanos) mas também com a aquisição de um maior poder, nas políticas de afirmação urbana, por um número de interesses reduzido, através da sua posição privilegiada numa economia urbana cada vez mais baseada em prioridades de consumo. Entre as principais preocupações surge o questionamento de que segmentos da população têm o direito de beneficiar do capital simbólico para o qual todos afinal contribuem.

### 4. A cidade transfigura-se fisicamente, alimentando uma crescentemente desequilibrada expansão corporal.

Já desde meados do século XX que se desenhavam novas configurações espaciais para as

<sup>5</sup> Peter Jackson, 1989 (*Maps of meaning. An introduction to cultural geography*, Unwin Wyman, Londres) citado por Nogué, J. e Albet, A. (2004).

idades e metrópoles europeias, fazendo com que as clássicas vantagens comparativas e externalidades decorrentes da localização e vivência centrais se fossem diluindo, eliminando definitivamente as últimas muralhas – incluindo as mentais – delimitadoras do entorno urbano clássico. Hoje em dia, a produção e a representação espaço-temporal de carácter urbano, apresentam-se com características muito descontínuas – longe indo já os tempos de uma configuração e percepção claras da cidade, bem como das velhas dicotomias cidade-campo ou urbano-rural. Efectivamente, aos processos de suburbanização e de peri-urbanização – já clássicos – têm sucedido nas metrópoles europeias outro tipo de dinâmicas, bem mais complexas, de nova reconfiguração morfológica, funcional e social. Não obstante os processos de reabilitação e de requalificação das áreas consolidadas, a contínua perda de dinâmicas residenciais e económicas por parte de muitas cidades centrais assume já contornos de paradigma histórico, sendo (desde pelo menos o início dos anos 1990) as segundas e mesmo as terceiras coroas das metrópoles a assistir a contínuas formas de urbanização difusa e com índices de construção de muito baixa densidade (num processo por vezes designado de rur-urbanização ou de mesmo ex-urbanização).

Relevante, no entanto, é a constatação de que este não é um processo de simples ganhos e perdas de cada território. Efectivamente, muitas centralidades de primeiro ou de segundo nível, têm conseguido surgir reforçadas, em determinadas redes e sob determinadas condicionantes endógenas (e ainda exógenas) ao sistema espaço-social e político de cada região urbana. Ou seja, as características de *centro* continuam significativas. Assim, perante uma concentração de poder decorrente do maior controlo das cadeias de valor globais (uma sobrecentralização), assistir-se-á igualmente a uma relativa desconcentração económica e territorial nas metrópoles (uma descentralização). Com diferentes resultados dependentes de uma melhor ou pior capacidade de reacção em cada região urbana, a verdade é que ambos os processos se retro-alimentam, de uma forma aparentemente paradoxal. Para muitos autores, as áreas metropolitanas europeias estarão assim com uma inevitável tendência em se transformarem em regiões de característica a final semi-urbanas, de ocupação semi-dispersa, com elevadas dinâmicas de mobilidade e de interrelacionamento socioterritorial, e

onde as antigas relações de dependência hierárquica são de certa forma substituídas por relações de complementaridade entre os diferentes sub-territórios (Dematteis, 1996 e 2000) – uma tendência, no fundo, muito similar às tendências (de escala regional) dos famosos distritos marshallianos (Bagnasco e LeGalés, 2000). Ascher (1998) chamou a atenção para esta transformação geográfica, sugerindo a figura da *Metapolis*, aglomerado mais ou menos descontínuo, com complexos padrões de interrelacionamento e difusos caracteres de centralidade e de periferia – mas podendo gerar, ao mesmo tempo, significativas mais-valias económicas em cenário de globalização. Na verdade, se já o é em significativa medida para grande parte dos *territoriantes* destas grandes regiões urbanizadas (Muñoz, 2004), também os analistas cada vez mais reconhecem que o novo nome da cidade é a metrópole – ou, dependendo das interpretações, qualquer outro étimo correlacionado (como o da supracitada metápole). Os exemplos europeus desta transformação (paradigmática, recorde-se) são vastíssimos, e em múltiplas escalas: desde as múltiplas aglomerações vertebradas em rede ou em corredor (como no Randstadt holandês, ou no ReinRhur alemão), até às metápoles – ou cidades – de características muito difusas, sem uma centralidade principal definida (como o Veneto italiano, como mostrou Indovina em 1991), ou ainda as metrópoles de difícil caracterização, de formação “em nuvem”, muito por falta de um modelo claro (e assumido) de desenvolvimento socioterritorial (como a região metropolitana de Milão ou a própria área metropolitana de Lisboa).

De qualquer modo, estas são, inegavelmente, formas de concentração e de desconcentração difusas, com complexas causalidades – e com importantes consequências às mais variadas áreas. Uma das áreas com mais significativas consequências a médio prazo é a área ambiental, assistindo-se a fortes pressões sobre os ecossistemas urbanos (Espuche e Rueda, 1999) por razões como o forte aumento do consumo do solo *per capita* (desequilibrando bastante as capacidades do metabolismo urbano), e o exponencial da locomoção automóvel privada (com os consequentes aumentos de consumo de energias não renováveis e dos níveis de poluição) – tendências particularmente sérias se se estiver perante transformações socioespaciais de todo minimamente pensadas e orquestradas

(Monclús, 1996). Mas os desequilíbrios ambientais no metabolismo das metrópoles são, na verdade, marca paradigmática das pressões actualmente em questão sob múltiplas outras dimensões, reconhecendo-se que esta evolução fragmentária é uma tendência que afecta não somente as dimensões espaciais, mas também outras dimensões muito significativas para a civilização humana e para o próprio planeta. Com difícil, ou ainda muito pouco definida, resposta administrativa e política. Temos nesta reflexão o notável paradoxo sugerido por Nel.lo: cidades/metrópole sem confins, mas afinal plenas de confins – divisórias de oportunidades, divisórias funcionais, divisórias cognitivas, e ainda divisórias administrativas e políticas. Particularmente nesta última dimensão, as divisórias sentem-se tanto em termos metropolitanos como no interior dos próprios núcleos. Para este autor (2001:46), *“a cidade europeia de hoje é, do ponto de vista administrativo, um espaço triturado, opaco e conflituoso”*. Sigamos este autor: *“as evidências de como a fragmentação administrativa do território acompanha e favorece as divisões sociais poderiam ainda ampliar-se mais e mais: com os problemas que tal fragmentação comporta para o planeamento urbano integrado, com as dificuldades que coloca para a prática de políticas sociais redistributivas num mesmo espaço urbano, com as dinâmicas a imprimir às políticas locais, etc. A especialização funcional, a segregação social e a fragmentação administrativa alimentam-se mutuamente para levantar e reforçar um labirinto de confins à cidade sem confins”*.

##### **5. A cidade altera-se igualmente na sua personalidade, confrontando-se com novas formas de coexistência das suas diferentes faces.**

Desde sempre que a sociedade humana se confronta com o dilema de uma desejada *versus* ostracizada coexistência social. Aos esforços feitos por determinados segmentos sociais (designadamente os de rendimentos, de cultura e de vínculos de poder mais elevados) para uma relativa separação dos seus quotidianos e paisagens, sempre se contrapuseram forças incentivando precisamente ao oposto, no desenvolvimento de espaços de

interrelacionamento, de maior heterodoxia e de diversidade nas relações humanas entre diferentes. Um dos principais elementos do fascínio urbano, o eterno dilema da convivência e da separação humana conduziu, quase sempre, à constatação de que está no encontro entre diferentes a marca essencial, na verdade, da própria essência da cidade – assim como, aliás, do seu sucesso histórico.

Hoje em dia, porém, num mundo de forte mobilidade quotidiana, de interconectividade mais virtual, e de crescentes escalas de produção espacial homogeneizadora (privada e pública), as dinâmicas naturais de fomento da heterogeneidade e da dialéctica urbana não resultam tão líquidas, registando-se importantes indícios de novas formas de segregação socioespacial. Muito particularmente, pela questão da acessibilidade – ou do direito – aos espaços de habitabilidade e de empregabilidade na cidade, especialmente perante os presentes cenários de rendas urbanas crescentemente segmentadoras dos espaços de vivência. Esta realidade parece ainda, ao mesmo tempo, perigosamente suspensa face à igual crise dos sistemas de apoio social do Estado-providência ou de bem-estar. Como Engels referiu em meados do século XIX, a renda urbana é um dos filtros mais poderosos de segmentação social – ou, inversamente, de inclusão social e de fomento urbano. Actualmente, com processos de produção urbana liderados em grande medida pelo lado da oferta, e por perspectivas imagéticas de cidade mais simbólicas do que reais – factores fortemente segmentadores, condicionando inclusive o próprio planeamento urbano supostamente de carácter público e mais colectivizante – têm resultado importantes alterações na estrutura social das cidades (e das próprias metápoles em que estas se inserem). Por efeitos das escalas e das formas de mercantilização da promoção imobiliária dos solos urbanos e urbanizáveis, aumenta assim a segmentação social por via de grandes diferenciais de renda – e de crescentes dependências dos rendimentos familiares para o usufruto de habitação<sup>6</sup>. Muitos segmentos das classes médias – componente estrutural e muito definidora da cidade europeia do século XX – particularmente os mais jovens (que

<sup>6</sup> Em diversas cidades europeias, a valorização dos preços de venda habitacionais chega a atingir 15% ao ano. Simultaneamente, tem diminuído consideravelmente a colocação de investimentos num tipo de rentabilidade a médio/longo prazo ligada ao mercado de arrendamento, ao mesmo tempo que as prestações decorrentes das hipotecas bancárias diminuem (tanto por efeitos de baixas taxas de juro, como por efeitos da ampliação dos prazos em dívida). Por conseguinte, as opções no mercado são quase sempre conducentes – tanto em termos da oferta como em termos da procura – para a aquisição.

procuram habitação), não conseguem facilmente autonomizar-se e permanecer nas zonas mais centrais e consolidadas, provocando um contínuo movimento para o exterior semi-urbano, dinâmica que entra em choque frontal com as novas imagéticas políticas de reabilitação e de retorno à cidade.

Assim, e apesar do aumento das potencialidades económicas da cidade europeia (em termos globais) pelo maior predomínio nas partes finais das cadeias de valor acrescentado, as diferenças sociais e espaciais nos seus territórios parecem acentuar-se, independentemente da existência de espaços de laboralidade relativamente comuns (o que, paradoxalmente, pode trazer novas potencialidades ao nível de uma multiculturalidade ainda muito por revelar). Aqui, a cultura, entendida num sentido amplo mas também num sentido de criação de valor, assume-se como a dimensão mais exponenciadora de ascensão social, económica – e espacial. Recentemente, Florida (2003) sublinhou, para o caso das cidades americanas – mas cuja reflexão se aplica igualmente bem às cidades europeias – a nova apropriação dos bairros qualificados da cidade precisamente por uma classe criativa, com elevados rendimentos – substituindo a classe típica (e fordista) do operariado. Ligada por sua vez a uma componente importante de criação de mais-valias imobiliárias, a gentrificação é assim um fenómeno socioespacial e simultaneamente económico (Smith, 1979). As recentes transformações urbanas decorrentes de operações de reabilitação, de renovação ou de requalificação, resultam como tal no sentido de uma substituição de classes sociais clássicas, por novas e talvez ainda pouco definidas valorações e ocupações<sup>7</sup>.

Num cômputo geral, as consequências socio-demográficas nas zonas urbanas consolidadas tornam-se importantes, não só por uma tendência de menor densidade residencial, mas também pelo aumento da polarização social e etária – uma realidade ligada a dois tipos de mercados, um formal por onde as famílias hipotecam parte significativa dos seus rendimentos e das suas ambições de qualidade de vida, e outro informal,

onde as franjas mais pobres da sociedade – a que se juntam os imigrantes – vão ocupando os locais degradados (pelo momento) de zonas centrais e antigas. Coloca-se, assim, às cidades europeias, uma evolução similar ao que sucede nas cidades americanas desde à diversas décadas, com tendências no sentido do aumento dos processos de segmentação espacial das distintas classes socioeconómicas da população, ao mesmo tempo que largas franjas de imigrantes se colocam em ambientes de grande precariedade, muitas vezes em antigos bairros entretanto abandonados e degradados – bairros que parecem aguardar pelo interesse do capital privado para finalmente entrarem, também eles, num processo de localização de grande selectividade, resultante dos diferenciais de renda urbana e das lacunas da acção pública.

Nas periferias urbanas, simultaneamente, evoluíram espaços diferenciais também significativos. Aqui, se por um lado se desenvolvem grandes urbanizações e condomínios para famílias de altos rendimentos, ao mesmo tempo o fomento de bairros de habitação social em larga escala, desde os anos 1960, muito estigmatizados e com difíceis capacidades de integração com os tecidos sociais e territoriais sedimentados, não ajuda à heterogeneização social dos espaços metropolitanos. Uma situação que se acentuou com o desenvolvimento, nos últimos dez anos, de uma crise económica na Europa, particularmente sensível no aumento do desemprego para as populações menos qualificadas. Estará sem dúvida na conjugação entre a separação espacial e a precariedade das oportunidades de emprego e de inserção social, a génese dos recentes distúrbios ocorridos nos subúrbios de Paris – tumultos vistos com grande preocupação pela generalidade das cidades europeias. Os actuais processos económicos desenvolvem largas comunidades de classes de baixos rendimentos (e mesmo sem rendimentos), entretanto pouco apoiadas perante as maiores dificuldades na acção do Estado-providência.

Não obstante estas mutações de sentido preocupante – carecendo de uma atenção vital por parte das instituições públicas e dos processos de governação, bem como por parte das dinâmicas sociais e cívicas da cidade – é essencial também

<sup>7</sup> Inúmeros casos nas cidades europeias nos confirmam tais mutações: Paris, Londres, Barcelona (antes com Gràcia, agora com Poble Nou)... e também Lisboa, com a série de operações (de crescente dinâmica) de reabilitação, renovação e requalificação urbana operadas na cidade desde meados da década de 1990.

sublinhar importantes tendências de sentido muito positivo, na cidade. Por uma parte regista-se a inclusão, em larga escala, da mulher na vida social e económica, uma evolução que finalmente tem permitido o desenvolvimento de novos tipos de direitos de género na cidade – bem como de novos tipos de questionamentos sobre a suposta “cidade masculina” (Borja e Castells, 1996). Por outra parte, tem-se também acentuado uma determinada absorção natural da diferença e do fomento multicultural na cidade (num sentido inverso às tendências segregadoras de determinados vínculos como o acima referido da renda urbana). Apesar de muitas resistências, o inevitável encontro e fomento da fusão de diferentes culturas na sociedade urbana europeia (por via de uma crescente imigração, também decorrente da crise demográfica europeia) trar-lhe-á novas perspectivas culturais e de sociabilidade – dimensões que, relembremos, colocam-se hoje, finalmente, como das mais significativas para o desenvolvimento humano. Mas esta é, mais uma vez, uma oportunidade que necessita de ser cuidadosamente pensada em termos políticos – e socioespaciais. Alguns pensadores, como Sartori (2001), têm avisado de como um suposto multiculturalismo de “afirmação separada” pode fermentar potenciais conflitos sociais, e está seguramente aqui uma das dimensões mais essenciais para a política contemporânea sobre a cidade.

Estas múltiplas linhas de evolução de características ao mesmo tempo segmentadoras, mas também potencialmente ampliadoras de oportunidades, dão-se, porém, num contexto onde as instituições e as políticas urbanas exercem uma menor acção ou sequer influência em muitas dimensões. Reféns de uma cultura de competitividade, concentrando os seus esforços nas grandes funções urbanas, numa festivalidade política e num marketing urbano essencialmente construtor de imagens simbólicas (Amendola, 2000), os poderes instituídos esquecem a escala temporal e geográfica da vida quotidiana (Guerra, 2003), um esquecimento particularmente visível em sectores vitais para a cidade, como a heterogeneidade vivencial ou os espaços públicos de proximidade e de relacionamento.

## 6. A cidade revela uma alma mais intranquila.

Face às significativas transformações com que a cidade hoje se depara, não surpreende que se

assista a um paralelo movimento de transformação cognitiva e mesmo sensorial do ser urbano. No quotidiano urbano, e numa complexificação Simmeliana (1986), as trajectórias humanas tornam-se crescentemente individualizáveis e autónomas, não facilmente rotuláveis perante as tipologias sociológicas mais clássicas – quer em termos de classe social, quer em termos de classe profissional, quer ainda sob outras perspectivas bem reconhecíveis como a corporativa. Esta nova autonomia do indivíduo urbano – incluindo familiar – será, certamente, um dos resultados com maior significado desta nova era ainda a despontar. É uma mutação que recorda, por certa similitude, o individualismo (em antonímia com a colectivização da sociedade industrial) sentido pelos primeiros literatos e narradores da – na altura – nova condição urbana (como Baudelaire, Wordsworth, Benjamin e ainda Pessoa). Mas que tem hoje um carácter bem diferente, certamente: os comportamentos urbanos e relacionais têm um potencial tão complexo e múltiplo como os próprios territórios (incluindo os sociais) onde se movimentam. Perante uma maior dificuldade de canais de sociabilidade – precisamente pela autonomização dos espaços e percursos individuais – não surpreende, da mesma forma, que se tenha exacerbado uma desejada materialização instantânea de desejos, e as tendências consumistas de sentido mais efémero. Propagandeadas pelo lado de uma oferta aparentemente infinda, tenham assim existe uma correspondência do lado da procura. Esta individualização de percursos – incluindo da afectação dos próprios desejos humanos – levanta assim uma série de questões vitais em termos da nova cidade – questões sociais, questões identitárias e questões psíquicas.

Três outros fenómenos contribuem também em importante medida para a alteração da cognição humana perante a cidade e os seus espaços de sociabilidade – a crise do Estado-providência, a velocidade das transformações e a ininteligibilidade das paisagens. Em primeiro lugar, e como já atrás referimos, a crise dos sistemas de apoio social e de bem-estar do Estado clássico acentua não só os riscos de exclusão das camadas menos favorecidas do espectro social, como também eleva uma insegurança de teor mais generalizado, para a maioria da sociedade (não tanto para os estratos verdadeiramente elevados), decorrente de uma maior incerteza na existência e provisão de determinados

direitos aclamados como universais, como a educação, a saúde ou ainda as pensões de reforma – desenvolvendo-se assim a ideia de Beck (1998), segundo a qual o risco se democratizou (embora bem mais para uns do que para outros). Em segundo lugar, as transformações registadas na sociedade urbana e na paisagem da cidade têm tido, nas últimas duas décadas, uma dinâmica extremamente elevada – algo, na verdade, nunca experienciado pelo ser humano. Tem-se hoje a sensação de que o mundo se pode alterar (radicalmente?) em menos tempo do que uma vida humana – muito especialmente nas cidades, paradigma por excelência da evolução – deixando-nos num estado de difícil imanência que provoca o aumento de sensações de inquietude, e mesmo de insegurança. Em terceiro lugar, a dificuldade de inteligibilidade perante os novos territórios e as novas paisagens de carácter mais indefinido, reforça ainda tais sentimentos de intranquilidade. Como vimos anteriormente, aquando da fragmentação dos territórios urbanos, as definições e os conceitos de urbanidade são hoje bem mais opacos. Uma opacidade aparentemente clarificada – mas afinal somente abrilhantada – pelo desenvolvimento de espaços estética e funcionalmente genéricos (mesmo nas suas dinâmicas quotidianas, como referem por exemplo Koolhaas e Mau, 1995), em vastos territórios cuja coexistência, perante fluxos de mobilidade múltipla, provocam na mente humana um caleidoscópio de geografias assimétricas (Amin, 1994). A revolução informacional, por outro lado, ao fazer o tempo aniquilar o espaço (Harvey, 1990)<sup>8</sup>; tem para já mantido elevada tal assimetria de olhares, sendo ainda demasiado cedo, provavelmente, para se discernirem novas leituras – teóricas, mas também socialmente apropriáveis – para as novas paisagens.

É também nesta óptica que se revestem de grande sucesso os centros comerciais (ou shopping malls), vertebradores não só funcionais, como também mentais, muito especialmente em função do triunfo do individualismo e do materialismo – sendo assim, no seu simulacro de urbanidade e de satisfação consumista em espaços afinal infinitamente copiados e mimetizáveis, dos espaços mais emblemáticos da cidade pós-moderna (Nogue e

Albet, 2004). E também por duas outras ordens de razão: em primeiro lugar, pela sua capacidade de geração de mais-valias para os seus promotores privados ligados às novas formas de produção urbana, e em segundo lugar pelo que perigosamente transportam de potencial de desenvolvimento de uma “não-cidade” (que nos recorda em certo sentido o texto de Augé, 1998), espaços sem identidade e sem memória, e como tal sem contextos espacialmente identificáveis e identificadores, por negarem a diversidade funcional e humana à pequena escala (Delgado, 2003). O caso dos grandes centros comerciais é neste âmbito, paradigma desta ordem de desvitalização, por incidir na que será uma das – ou mesmo a – dinâmica mais vital da cidade: a troca – feita agora em espaços que obviamente não são cidade, e sob padrões de mobilidade e de satisfação individualizada. É igualmente nesta linha que se expande a banalização dos espaços de vivência, a disneyficação dos espaços de lazer, ou ainda a urbanização dos espaços de suposta urbanidade (Muñoz, 2004) – numa imagética mais simplista, como que a contrabalançar com a dificuldade de entendimento e de percepção minimamente clara de uma realidade dispersa e difusa, com concomitantes percepções também difusas dos espaços, das redes e dos fluxos urbanos. Na verdade, e tal como já os clássicos gregos escreveram há mais de dois mil anos, a intranquilidade – ou o desassossego – da alma humana não se pacificará facilmente com constantes impulsos efémeros. Esta é uma intranquilidade, enfim, que se instalou também nos discursos sobre a cidade, por seu lado ferindo-a na sua própria afirmação. Para já, a consciencialização da fragmentação social e espacial, ampliada pela mediatização da criminalidade e dos problemas urbanos (mesmo quando os dados mostram que estes podem não aumentar), tem provocado uma agorafobia urbana construída socialmente (Indovina, 2001), sentimento de afastamento dos espaços públicos a que Davis (1999) também se referiu aquando da sua reflexão sobre a “ecologia do medo”.

A alteração nas percepções e nas relações espaço-tempo e a maior autonomia do indivíduo, invoca a necessidade da existência de uma cidade

<sup>8</sup> Sobre as influências da revolução da mobilidade humana e informacional nos territórios urbanos, existe uma vasta bibliografia, entre a qual se destaca o trabalho de Manuel Castells, especialmente com a sua famosa trilogia (1996-1998). Ainda como referência interessante da nova condição mais cibernética do indivíduo na cidade, o vivo texto de Mitchell (1999), enquadra o quotidiano urbano perante os desenvolvimentos tecnológicos mais recentes – incluindo as percepções e a (des)construção das identidades nos ciberespaços.

que saiba estar preparada para as novas formas de relacionamento, bem como para um novo tipo de eficácia nas suas respostas (Guerra, 2003). A própria inserção social dos cidadãos na sociedade urbana, faz-se hoje em dia por formas bem mais variadas e mais instáveis do que na era industrial. Este novo cenário socioespacial exige novos padrões de inserção e de qualificação na vida urbana, no fundo seguindo o amplo espectro do direito à cidade colocado por Lefévre há mais de quarenta anos. Mas, paradoxalmente (e como já acima referimos), estes desafios apresentam-se quando as próprias políticas urbanas estarão com maior dificuldade na estruturação de respostas para a qualificação do quotidiano e da cidadania urbana (id.). Não obstante, também aqui novas potencialidades se desenham para o eterno confronto dos homens com a sua história. A estas tendências de normalização confronta-se, também hoje, um paralelo advento de novos canais de diferenciação e de emancipação social e humana – inclusive por via económica e tecnológica – criando-se assim novas dimensões e novas possibilidades para a afirmação democrática. Embora haja o risco de as tendências de diferenciação se darem muitas vezes em espaços mais virtuais, enquanto que as tendências de normalização seguem afectando os espaços mais reais – e também políticos – a verdade é que, embora nebuloso porque muito imberbe, o potencial é significativo – daí também o advento de novas esperanças para a cidade de hoje.

### **7. A cidade levanta novas (e velhas) esperanças.**

Da análise feita até agora sobre a cidade contemporânea – nos pontos anteriores – transparece uma postura de considerável preocupação, mesmo de pessimismo sobre a sua evolução. No entanto, permitindo-nos colocar uma determinada atitude de auto-análise, poderemos sugerir a perspectiva de que uma parte (talvez significativa) desta preocupação possa, por sua vez, dever-se precisamente à intranquilidade própria do ser urbano – uma intranquilidade, como vimos no ponto anterior, reforçada por estes tempos de difíceis percepções e de velozes transformações. A verdade é que existem uma série de elementos e de motivos pelos quais a cidade de hoje levanta, por sua vez, novas esperanças e potencialidades. Para além, no que é

também muito significativo, de manter (ou, em determinados aspectos, mesmo reforçar) essenciais características que sempre lhe deram o epíteto de esteio humano e de paradigma civilizacional. É também na cidade – na nova cidade, mais metapolizada – que se estão a desenvolver, presentemente, novas perspectivas e novos modelos de desenvolvimento humano, perante precisamente os novos paradigmas sociais, económicos e territoriais. Espaço relacional por excelência, o fascínio que a cidade exerce, na verdade, poderá estar afinal intacto – até mesmo renovado, sob determinadas perspectivas de todo menosprezáveis, por muito ligadas a possíveis futuras formas de inclusão, de humanidade, de política e de sabedoria. A afirmação do melhor e a diminuição do pior nas cidades, como sabemos, depende profundamente da capacidade de afirmação, de governabilidade e de manifestação de cidadania, em cada uma delas. Mas, em primeira análise, depende sobretudo da sua própria essência de local heterogéneo, diverso e mesmo contraditório e conflituoso. Ou, se quisermos, da sua própria natureza humana.

Incidamos, nesta perspectiva, em algumas contradições decorrentes das presentes formas de produção urbana. A banalização das paisagens físicas e sensoriais comporta um dilema para o próprio sistema de produção urbanística de controlo primordialmente privado – como hoje primordialmente ocorre. Se, por um lado, a homogeneidade e a especialização a largas escalas (independentemente de finalizações ou acabamentos de escolha individual e supostamente diferenciadores) traduzem elevadas economias de escala, e um maior controlo dos processos produtivos e mesmo simbólicos, por outro lado são cada vez mais reclamadas as particularidades diferenciais de cada território e de cada paisagem, incluindo suas especificidades e sensorialidades próprias, que, por apetecidas, detêm precisamente mais elevadas componentes de valor. Esta incapacidade (impossibilidade?) de conciliar escala de produção urbanística de largo espectro, com diferenciação e heterogeneidade obviamente de valorização de proximidade é, de acordo com Harvey (2001), uma tensão (ou contradição) irresolúvel do presente sistema de produção capitalista urbana. Uma contradição reforçada ainda por uma reacção quase inata do ser humano contra a homogeneização,



particularmente visível na evidente necessidade de afirmação nos e dos territórios urbanos – mesmo que quando para fins comerciais – sendo, certamente, um dos principais elementos (mas não o único, e muito menos o de maior condição voluntarista) pelo qual têm resistido e afirmado múltiplas condições e caracteres de cidade. É por via, portanto, desta significativa contradição que, em importante medida, Harvey entende e encontra os seus *espaços de esperança* (2000)<sup>9</sup>.

São de vária ordem estes espaços. Outros encontram-se nas novas oportunidades de expressão da cidadania, mesmo que algumas destas surjam levantadas devido a vácuas atitudes dos entes públicos e das instituições políticas. Na verdade, esperanças de uma mesma ordem se podem esperar para a própria condição humana – ou, se quisermos, condição urbana do homem e da mulher – dada a sua capacidade para se reencontrar, e para re-inventar novas formas de expressão e de

emancipação. Perante um novo paradigma de base essencialmente cultural, será talvez por esta ordem de caminhos que as novas formas de emancipação, de expressão e de garantia dos direitos humanos se poderá efectuar – ou, como alguns propõem, a reinvenção da política, refazendo os vínculos, e assim mais colocada ao serviço da nova sociedade (Nel.lo, 2002, Subirats, 2003).

Touraine (2005) referiu ainda: *O final de um mundo não é o fim do mundo*. Traz inquietude, mas traz novas e possivelmente fascinantes possibilidades de elevação social e humana. Assim se manifesta o fascinante carácter da cidade (relembrando a excelente sugestão epistemológica de Ferreira, 2004), por natureza território de paradoxos, lugar simultaneamente atraente e maléfico. A sua presente posição de encruzilhada é certamente uma das mais significativas – senão mesmo a mais significativa – das manifestações da encruzilhada civilizacional em que nos encontramos.

## Bibliografia

AMENDOLA, Giandomenico, 2000, *La ciudad postmoderna. Magia y miedo de la metrópolis contemporánea* Madrid, Celeste.

AMIN, Ash (ed.), 1994, *Post-Fordism: A reader*, Oxford Blackwell Publishers.

ASCHER, François, 1998, *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta Editora.

AUGÉ, Marc, 1998, *Não-lugares*, Lisboa, Bertrand.

BAGNASCO, Arnaldo e LE GALÈS, Patrick (ed.), 2000, *Cities in contemporary Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel, 1997, *Local and Global – Management of Cities in the Information Age* London, Earthscan Publications.

BRENNER, Neil, 2004, “Urban governance and the production of new state spaces in western Europe, 1960-2000” *Review of International Political Economy*, 11:3, Londres, Routledge, 447-488.

CASTELLS, Manuel, 2002, *Conclusion: Urban Sociology in the Twenty-first Century* in SUSSER, Ida *The Castells Reader on Cities and Social Theory*, Oxford, Blackwell Publishers.

CASTELLS, Manuel, 1996-1998, *The information age: Economy, Society and Culture*, Oxford, Blackwell Publishers.

CASTELLS, Manuel, 1972, *La question Urbaine*, Paris, Maspero.

CHOAY, Françoise, 1965, *L'urbanisme, utopies et réalité*, Paris, Editions du Seuil.

DEAR, Michael, 1988, “The post-modern challenge: reconstructing human geography”, *Transaction. Institute of British Geographers*, 13, pp. 262-274.

DELGADO, Manuel, 2003, *La No-ciudad como ciudad absoluta* in BARJA, Juan, DUQUE, Félix e GALLEGÓ, Joaquín (ed.) *No Ciudad*, Sileno – variaciones sobre arte y pensamiento, volumen 14-15, Madrid, Abada Editores, 123-131.

DEMATTEIS, Giuseppe, 2000, “Spatial images of European urbanization” in BAGNASCO e LE GALÈS, *Cities in contemporary Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 48-73.

DEMATTEIS, Giuseppe, 1996, *Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio*, Milano, Franco Angeli.

DIGAETANO, Alan e KLEMANSKI, John, 1993, *Urban regimes in comparative perspective*, *Urban Affairs Quarterly* 29 (1), pp. 54-83.

<sup>9</sup> Harvey explora outras dimensões – ou espaços – de esperança neste seu interessantíssimo texto, de teor grandemente filosófico. Entre eles, realçamos a eterna capacidade do homem para criar novos espaços de utopia, e desenvolver uma dialéctica profícua em seu torno. Na contradição acima referida, o autor efectua igualmente uma conjugação de grande significado, deste tipo de confrontos com os confrontos do nosso próprio corpo, e com a sua permanente luta entre o hipotético conforto de homogeneização e a sabedoria da diferenciação em ambiente de construção colectiva.

- ESPUCHE, Álvaro e RUEDA, Salvador, 1999, *La ciutat sostenible, Barcelona*, Centro de Cultura Contemporània de Barcelona.
- ESSER, Josef e HIRSCH, Joachim, 1994, "The crisis of Fordism and the dimensions of a 'Post-Fordist' Regional and Urban structure" in AMIN, A., *Post-Fordism: A reader*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 71-98.
- FERREIRA, Vítor Matias, 2004, *O fascínio da cidade – Memória e projecto da urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar.
- FLORIDA, Richard, 2003, *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*, New York, Basic Books.
- GUERRA, Isabel, 2003, "Tensões do urbanismo quotidiano" in PORTAS, N., DOMINGUES, A., e CABRAL, J. *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 236-251.
- HARVEY, David, 2001, *Spaces of Capital – Towards a critical geography*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- HARVEY, David, 2000, *Spaces of Hope*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- HARVEY, David, 1994, "Flexible Accumulation through Urbanisation: Reflections on 'Post-modernism' in the American City" in AMIN, A. (ed.) *Post-Fordism: a Reader*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 361-386.
- HARVEY, David, 1990, *The condition of postmodernity*, London, Blackwell Publishers.
- INDOVINA, Francesco, 2001, "Geologia da insegurança urbana – A construção social do medo nas cidades" *Cidades. Comunidades e Territórios*, n.º 2, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 19-31.
- INDOVINA, Francesco, 1991, "La città possibile" in INDOVINA, F. (ed.), *La città di fine millennio*. Firenze, Genova, Milano, Napoli, Roma, Torino, Milà, Venice, Franco Angeli.
- JAMESON, Fredric, 1984, "Post-modernism or the cultural logic of late capitalism", *The New Left Review*, 146, pp. 53-92.
- JESSOP, Bob, 1994, "Post-Fordism and the State" in AMIN, A., *Post-Fordism: A reader*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 251-279.
- KOOLHAAS, Rem e MAU, Bruce, 1995, *S, M, L, XL*, Rotterdam, 010 Publishers.
- LASH, Scott e URRY, John, 1987, *The end of organized capitalism*, Oxford, Oxford University Press.
- LEFÈBVRE, Henri, 1974, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos.
- LEFÈBVRE, Henri, 1970, *La révolution urbaine*, Paris, Éditions Gallimard.
- LEFÈBVRE, Henri, 1968, *Le droit à la ville* Paris, Anthropos.
- LIPIETZ, Alain, 1994, "Post-Fordism and democracy" in AMIN, A. *Post-Fordism: A reader*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 338-358.
- LIPIETZ, Alain, 1985, *Mirages and miracles. The crisis of global fordism*, Londres, Verso.
- LOGAN, John e Molotch, Harvey, 1987, *Urban Fortunes*, Berkeley, USA, University of California Press.
- LOPES, João Teixeira, 2002, *Novas questões da sociologia urbana – Conteúdos e orientações pedagógicas*, Porto, Edições Afrontamento.
- MASSEY, Doreen, 1984, *Spatial divisions of labour. Social structures and the geography of production*, New York Methuen.
- MITCHELL, William, 1999, *e-topia: urban life, Jim – but not as we know it*, Cambridge, MA, MIT Press.
- MONCLÚS, Javier (ed.), 1996, *La ciudad dispersa*, Barcelona, Centro de Cultura Contemporània de Barcelona.
- MUÑOZ, Francesc, 2004, "Urbanización – En el zoco global de las imágenes urbanas", *Cidades. Comunidades e Territórios* n.º 9, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 27-38.
- NELJo, Oriol, 2002, "A Cidade da Esperança", *Cidades. Comunidades e Territórios*, n.º 5, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 124-126.
- NELJo, Oriol, 2001, *Ciutat de ciutats*, Barcelona, Editorial Empúries.
- NELJo, Oriol e MUÑOZ, Francesc, 2004, "El proceso de urbanización", in Romero, J. (coord.), *Geografía Humana*, Barcelona, Editorial Ariel, pp. 255-332.
- NOGUÉ, Joan e ALBET, Albet, 2004, "Cartografía de los cambios sociales y culturales" in Romero, J. (coord.) *Geografía Humana*, Barcelona, Editorial Ariel, pp. 159-202.
- SARTORI, Giovanni, 2001, *La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo e extranjería*, Madrid, Taurus.
- SASSEN, Saskia, 1994, *Cities under a World Economy*, New York, Princeton University Press.
- SASSEN, Saskia, 1991, *The Global City*, New York, Princeton University Press.
- SIMMEL, Georg, 1986, "The metropolis and mental life" in *On individuality and social forms – Selected Writings*, The University of Chicago, Chicago Press, pp. 324-339.
- SOJA, Edward, 2000, *Postmetropolis – critical studies of cities and regions*, Oxford, Blackwell Publishers.
- SOJA, Edward, 1999, *Postmodern geographies*, Londres, Verso.
- SOUSA SANTOS, Boaventura, 1994, *Pela Mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade – 5.ª edição*, Porto, Edições Afrontamento.
- SUBIRATS, Joan (ed.), 2003, *Elementos de nueva política*, Barcelona, Centro de Cultura Contemporània de Barcelona.
- TOURAINÉ, Alan, 2005, *Un nouveau paradigme*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- VELTZ, Pierre, 1996, *Mondialisation, Villes et Territoires. L'économie d'Archipel*, Paris, Presses Universitaires de France.